



CURADORIA DA MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil n. 06.2017.00003283-6

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0002/2018/02PJ/XXÊ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – Rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Doutor Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **STRIKE BEER**, razão social comércio de combustíveis Calhandra LTDA, CNPJ 07.641.869/0002-56, neste ato representado pelo proprietário Senhores JÚLIO CÉSAR FAÉ TESTA e CAIO MURILO DE MELO TESTA, **MUNICÍPIO DE XANXERÊ**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito ÊNIO IVAN MARQUES, ambos doravantes denominados **COMPROMISSÁRIOS** consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da lei Complementar Estadual n. 197/2000, art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual (Constituição Federal, art.129, II; Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 95; Lei Federal n.º 8.625/93, art. 27, II; Lei Complementar Estadual n.º 197/2000, art. 82, VII, 'b');

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução/CONAMA nº 1, de 08.03.90, estabelece



que: I) a emissão de ruídos, em decorrência de qualquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. Obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução; e II) são prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do item anterior as ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

CONSIDERANDO que a ABNT editou a norma técnica n.º 10151:2000, disciplinando a avaliação de ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade, determinando os limites máximos de ruídos que podem ser produzidos pelos estabelecimentos, ficando assim estabelecidos os limites, em dB (decibéis):

Tipos de áreas	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

CONSIDERANDO que no âmbito local, o art. 118 da Lei Complementar n.º 2.919/2006 (Código de Posturas do Município de Xanxerê) estabelece que é "*proibido antes das 07:00 horas e após as 22:00 horas, perturbar o sossego público com ruídos, sons excessivos e fogos de artifício*", excetuando os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos ambulâncias, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço; os apitos das rondas e quadras policiais, e as indústrias de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas devido a sua sazonalidade, sendo os infratores punidos com multa equivalente a 100 UFRM, nos termos do art. 121 da mesma Lei em comento;

CONSIDERANDO que o Município fiscalizará e controlará a implantação e funcionamento de projetos, empreendimentos e atividades que possam gerar ruídos e/ou vibrações e que o tratamento acústico é condição essencial para o licenciamento para instalação de espaços comerciais, industriais, de prestação de serviços, de lazer, templos de qualquer natureza e outros semelhantes, nos termos do art. 182, §2º, do Código Ambiental de Xanxerê;



CONSIDERANDO eventual poluição sonora e perturbação do sossego alheio, praticada pelo estabelecimento comercial Strike Beer, casa de shows, localizada no município de Xanxerê;

E, por fim, considerando o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.437/85, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Este TERMO tem como objeto a adequação, às normas ambientais e da ABNT, objetivando sanar os problemas da prática de poluição sonora pela estabelecimento Strike Beer, localizado no município de Xanxerê-SC.

TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 2ª - o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** obriga-se a manter a emissão de ruídos dentro dos limites dispostos na norma técnica n. 10151/2000 da ABNT, de acordo com o horário e com a área em que o estabelecimento está localizado;

CLÁUSULA 3ª - o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** assume a obrigação de fazer, consistente em elaborar e executar projeto de isolamento acústico nas dependências do imóvel, subscrito por profissional habilitado, **no prazo de 60**



(sessenta) dias a contar da assinatura do presente TAC, que deverá ser aprovado pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas.

CLÁUSULA 4ª - o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** assume a obrigação de não fazer consistente em não ultrapassar o horário previsto no alvará de funcionamento, de modo a encerrar totalmente as atividades no horário estipulado, de forma rigorosa;

CLÁUSULA 5ª - o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** assume a obrigação de não fazer consistente em não utilizar equipamentos de som (mecânico ou ao vivo), acima dos níveis estipulados norma técnica n.º 10151:2000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em seu estabelecimento comercial,

CLÁUSULA 6ª - O **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** assume a obrigação de não fazer consistente em dias de funcionamento, impedir a perturbação do sossego causada por seus frequentadores, quando ocorrer em raio de até 100 metros de sua sede, orientando os frequentadores e acionando a Polícia Militar quando necessário.

CLÁUSULA 7ª - O **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE XANXERÊ** assume a obrigação de fazer consistente em fiscalizar e controlar a implantação e funcionamento tratamento acústico do estabelecimento Strike Beer, tendo em vista que o tratamento acústico é condição essencial para o licenciamento E instalação de espaços de lazer, conforme preceitua artigo 182, §2º, do Código Ambiental de Xanxerê;

TÍTULO III – DAS CLÁUSULAS PENAIAS

CLÁUSULA 8ª – Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL) sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigação assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

I – Pelo **descumprimento** das **cláusulas 3ª, 4ª, 5ª ou 6ª** do presente TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** em multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustado pelo INPC;



II - Pelo **descumprimento** da **cláusula 7ª** do presente TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE XANXERÊ** em multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), reajustado pelo INPC;

III – Pelo **atraso** dos prazos estipulados na **cláusula 3ª**, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** em multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias (termo final);

III – Pelo **descumprimento** da **cláusula 3ª**, configurado este caso o não cumprimento da obrigação se estenda por mais de 90 (noventa) dias, cessará a incidência de multa diária e, além daquela devida pelos noventa dias de atraso, incidirá o **COMPROMISSÁRIO STRIKE BEER** em multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustado pelo INPC.

Parágrafo Único – A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

CLÁUSULA 9ª - Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta irregular, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

CLÁUSULA 10ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 11ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 12ª - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra



o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 13ª - As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 6 (seis) laudas, em 3 (vias) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Xanxerê, 16 de janeiro de 2018.

JÚLIO CÉSAR FAÉ TESTA e CAIO MURILO DE MELO TESTA

Strike Beer – administradores e proprietários

Compromissários

Enio Ivan Marques
Prefeito Municipal
Compromissário

Carlos Alberto Peretti
Assessor Jurídico

Marcos Augusto Brandalise
Promotor de Justiça

Lizandra Fatima Groder
Assistente de Promotoria
Testemunha

Taynara Marcon
Assistente de Promotoria
Testemunha